



**III CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **HISTÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: DA ÉPOCA DO BRASIL COLÔNIA ATÉ O CENÁRIO QUE INFLUENCIOU O PNPG 2011-2020**

Autor: Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna

Universidade Federal da Paraíba – [deboralopesluna@gmail.com](mailto:deboralopesluna@gmail.com)

Co-autor: Jaismary Gonzaga Batista de Oliveira

Universidade Federal da Paraíba – [jaismaryy@gmail.com](mailto:jaismaryy@gmail.com)

Orientador: Luiz de Sousa Junior

Universidade Federal da Paraíba – [luizsjunior@gmail.com](mailto:luizsjunior@gmail.com)

**Resumo:** A Pós-Graduação exerce papel fundamental na formação de recursos humanos e produção de conhecimento capazes de impulsionar o crescimento de um país. A Pós-Graduação brasileira tem sido submetida ao desenvolvimento de políticas públicas com objetivo de ampliar seu crescimento e melhorar sua qualidade. E nesse sentido, em dezembro de 2010, foi lançado o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011 –2020, que tem por objetivo definir novas diretrizes e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de Pós-Graduação e pesquisa no Brasil. No entanto, faz-se necessário entender os caminhos percorridos pela Pós-Graduação no Brasil até o cenário que antecedeu o PNPG vigente. Analisando-se sua concepção, mesmo que informal, até sua implantação, desenvolvimento e consolidação. Dessa forma será apresentado um breve histórico da Pós-Graduação brasileira, desde a colonização do Brasil, da implantação formal da Pós-Graduação e a análise dos Planos Nacionais de Pós-Graduação antecessores ao atual.

Palavras-chave: Histórico, Pós-Graduação, Políticas Públicas.

### **INTRODUÇÃO**

A política de Pós-Graduação no Brasil será abordada neste artigo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para discorrer sobre a história da Pós-Graduação no Brasil. Deve-se ressaltar a dificuldade de discorrer sobre a parte histórica do assunto proposto, isso porque, segundo Guterres e Rays (2005), não há uma compilação sobre a história da Pós-Graduação, fazendo-se necessária a busca em vários textos de diversos autores para compor essa abordagem.

Dessa forma, ao realizar uma revisão da literatura, buscou-se captar o contexto histórico em que a Pós Graduação foi concebida, implantada, desenvolvida e consolidada, desde sua criação



informal, datada da época da Colônia, perpassando pela sua criação oficial, em 1965 com Parecer Sucupira até o panorama que antecedeu o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020.

### **Breve Histórico sobre a Pós-Graduação no Brasil**

Segundo Cordova et al (1986), no Brasil Colônia, o ensino era limitado a níveis elementares com a finalidade de socialização das gerações, através da catequese, uma vez que os sistemas culturais eram influenciados pelos jesuítas. Não havia, portanto, o interesse na geração de conhecimentos de fronteira que ultrapassassem o essencial para tal socialização.

Já Schwartzman (2001) declara que o Brasil praticava sua ciência como uma pálida imagem da ciência europeia, faltando estrutura, instituições e forças sociais para dar vida as realizações científicas do Brasil. Schwartzman aponta para o fato de que Portugal não tinha desenvolvido uma tradição científica própria e por isso não poderiam transferir alguma forma de ciência para os territórios ocupados, como faziam França, Holanda e Inglaterra, por exemplo.

Não havia, por parte de Portugal, a intenção de criar uma sociedade e instituições que pudessem produzir conhecimento, mas sim explorar os recursos das nações colonizadas. E nesse sentido, foram desenvolvidas tecnologias inerentes, apenas, as principais atividades econômicas do Brasil durante o período colonial, como a mineração do ouro e a produção de açúcar. Houve modificação nesse panorama quando em 1630 a Holanda, após disputas com Portugal, conquistou o nordeste brasileiro. Segundo Cordova et al (1986), os holandeses tinham interesse de instalar um centro de produção açucareira mais eficiente, sendo necessário, portanto, o desenvolvimento de novas técnicas.

Além disso, com a chegada da Corte Portuguesa, instituições educacionais e científicas foram implantadas, sendo, essencial a atuação de Dom Pedro II para o novo panorama que surgia. Nesse sentido, Schwartzman afirma que:

O apogeu da ciência imperial foi marcado pela presença ativa do próprio Imperador em todos os assuntos relacionados com a ciência, a tecnologia e a educação. Fazendo o papel de Mecenas, o interesse de Dom Pedro II pelas ciências o levou a buscar a companhia de cientistas, tanto no Brasil como no exterior, e a participar de todos os acontecimentos culturais e científicos mais importantes do país (SCHWARTZMAN 2001, p. 71).





No entanto, mesmo com a tentativa de transformação da economia e crescimento industrial, não havia ainda no Brasil uma compreensão do papel dessas Instituições, isso porque tratava-se de elite de origem rural que limitava o processo de pesquisa científica.

Até o início da República a precariedade da atividade científica é evidente. Não havia setores sociais significativos que julgassem a atividade científica suficientemente valiosa e importante para justificar o interesse e o investimento por parte da nação. (MESCOUTO, 2012).

Não obstante, várias Instituições foram criadas no fim do século XIX, sua grande maioria na cidade de São Paulo, como o Instituto Vacinogênico e o Instituto Butantã, por exemplo, e o Instituto de Manguinhos no Rio de Janeiro, entre outras. Tais Instituições foram responsáveis pela produção científica brasileira até meados dos anos de 1930.

Para Schwartzman

[...] as instituições científicas criadas nos primeiros anos da República focalizavam principalmente a aplicação dos seus resultados ao que era visto como as necessidades mais prementes do Brasil: a exploração dos recursos naturais, a expansão da agricultura e o saneamento dos principais portos e cidades (SCHWARTZMAN 2001, p. 100).

A ciência era feita de maneira artesanal e por intelectuais independentes, no entanto, para Cordova et al (1986), na década de 1920 existe uma espécie de divisor de águas na ciência brasileira, com a realização da Semana de Arte Moderna, com a fundação da Associação Brasileira de Educação que junto a Academia Brasileira de Ciências agitou intelectual e cientificamente o país.

Para Moraes (2000), além dos eventos citados por Cordova et al, o ambiente cultural brasileiro foi bastante abalado pelo movimento nazi-fascista na Europa, pelas pressões sociais, pelo avanço da acumulação capitalista que vinha por transformar o polo urbano industrial na economia, pela Depressão de 1929, e pela tendência de uma maior centralização do poder ao governo federal, entre outros. Tal impacto se deu no desenvolvimento do ensino superior e na formação intelectual dos jovens oficiais, que estiveram à frente da Revolução de 1930.

Para Cordova et al (1986), através desses acontecimentos e movimentações na área técnico-burocrática e com a criação da Universidade Do Distrito Federal, de 1935, da Universidade do Rio de Janeiro, de 1920 e da Universidade de São Paulo, fundada em 1934, as atividades científicas no Brasil foram influenciadas.



Professores estrangeiros foram atraídos e acabaram por contribuir para mudanças metodológicas na forma de trabalho e padrões teóricos e científicos. Trouxeram consigo um modelo institucional de estudo na Pós-Graduação. Balbachevsky (2005, p. 187) afirma que o esquema central desse “modelo era a relação tutorial que se estabelecia entre o professor catedrático [brasileiros ou não] e o pequeno número de discípulos, os quais também atuavam como auxiliares do professor nas atividades de ensino e pesquisa”.

Com a eclosão da II Guerra Mundial, de 1939 a 1945, surgiu o interesse em aprofundar a formação técnico-científica, criando condições para o avanço da industrialização e grande impacto nas Forças Armadas. Com isso, o Governo patrocinou intercâmbio de professores, cientistas e técnicos em programas de aperfeiçoamento nos Estados Unidos. Segundo Mescouto (2012), esse intercâmbio produziu efeito significativo sobre os valores e métodos de trabalho e de atuação sócio-política dos cientistas brasileiros. Isso porque eram intensas as discussões sobre a influência que a guerra exercia nos avanços científicos e tecnológicos.

Nesse sentido, Cordova et al afirmam que:

[...] dessas múltiplas vertentes de auto-desenvolvimento, de convivência com mestres estrangeiros, de lutas pela conquista de espaços, de agregação socioprofissional, de intercâmbio externo e de formação de grupos e tendências e de correntes de ideias políticas e educacionais, é que se forma o caudal de forças atuantes no desenvolvimento da comunidade científica das décadas seguintes, e nos primeiros surtos de implantação de estudos pós-graduados (CORDOVA et al 1986, p. 11).

Constata-se, no entanto, que as iniciativas de pesquisa e pós-graduação estavam concentradas na área de física, química, tecnologia, medicina, engenharia, entre outras. Não havia menção a área de Ciências Humanas até a década de 1960. Para Schwartzman (2001), isso se deve ao fato de que a legislação oriunda da Reforma de Francisco Campos, de 1931, não admitia a possibilidade de que as universidades tivessem a iniciativa de se organizar de forma diferente e ainda orientava que as faculdades de filosofia deveriam formar professores secundários, não contemplando em seus planos o estudo mais avançado da matéria.

Já na Universidade de São Paulo, o Instituto de Educação era destinado à formação de professores, o que ressaltava a inexistência de interesse em investir na formação de pesquisadores na área de ciências humanas.





Além das Universidades, que ocuparam importante papel na institucionalização da pesquisa, deve-se ressaltar o papel de outros Institutos que também contribuíram para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Destaca-se o papel do INEP – Instituto Nacional de Pedagogia, criado em 13 de janeiro de 1937 e que teve seu nome modificado em 1938 para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Segundo o Decreto-Lei 580 de 1938, o INEP tinha por função, entre outras, a organização da documentação histórica e manter um intercâmbio entre as Instituições do país e do exterior. Em 1944 o INEP lançou a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP, passando a publicar todas as informações relativas a educação produzidas no País.

A criação da Fundação Getúlio Vargas – FGV, também data do ano de 1944. O referido Instituto tinha por objetivo a formação, especialização e aperfeiçoamento de recursos humanos para funções administrativas e pesquisa socioeconômica.

Guterres e Rays (2005) destacam, ainda, a fundação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, em 1952 que oferecia cursos de formação, técnico, livre e de pós-graduação e o Instituto Técnico de Aeronáutica que entre suas finalidades estimulava a pesquisa e a Pós-Graduação com o intuito de formar docentes e pesquisadores.

Não se pode olvidar da importância da criação da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no ano de 1951 e do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, também de 1951. Tais Institutos representaram um marco na organização da pesquisa no Brasil quanto a acompanhamento, avaliação e fomento e desempenha, ainda hoje, importante papel na Pós-Graduação brasileira, e por isso será tratado em capítulo específico mais a frente.

Com isso, ao fazer uma análise da parte inicial da historiografia da pós-graduação no Brasil, pode-se constatar a escassez de estudo sobre o tema. Destaca-se, também, a iniciativa de intelectuais independentes que se organizaram e criaram institutos e órgãos não universitários que contribuíram para a pesquisa. Isso porque não existia por parte do governo o investimento na formação de pesquisadores e quando houve se concentrava nas áreas de física, química, biologia, medicina, engenharia, entre outros, deixando de lado os cursos da área de Ciências Humanas.



## **Implantação e Expansão da Pós-Graduação Stricto Sensu**

A implantação da pós-graduação brasileira data do início dos anos de 1930, uma vez prevista no Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras e tratou sobre a organização do ensino superior brasileiro. O curso de Pós-Graduação é definido no referido decreto em seu artigo 71. Pode-se afirmar que a Pós-Graduação se desenvolveu, inicialmente, sem qualquer regulamentação externa, e tinha por objetivo formar professores para atender com qualidade à expansão do ensino superior e ao consequente desenvolvimento da pesquisa científica.

As primeiras Universidades brasileiras atraíram professores estrangeiros que trouxeram consigo um modelo institucional de estudo na Pós-Graduação. No entanto, tratava-se de experiências e iniciativas de dimensões limitadas e de pequeno impacto, já que se restringia a seletos grupos encontrados em algumas das universidades então existentes no Brasil.

Na década de 1940 um acordo assinado pelo Brasil e os Estados Unidos, por força dos possíveis efeitos da Guerra Fria, firmava convênios entre escolas e universidades brasileiras e norte-americanas para a realização de um intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores a nível de pós-graduação. No entanto, nada que impulsionasse a curto prazo a Pós-Graduação no Brasil.

Isso por que a pesquisa não fazia parte do trabalho da maioria dos docentes. Nesse sentido, Mendonça (2003, p. 297) destaca que “o modelo de universidade que se firma no Brasil, ao longo dos anos 1940, e que prevalece até os anos 1960, é o modelo de universidade federação de escolas profissionais, no qual a pesquisa científica tem um espaço bastante limitado”

Com isso, Cordova et al (1986, p.1) afirmam que “movimentos predominantemente exógenos aos processos que movem o sistema de ensino superior” geraram os estudos de pós-graduação no Brasil.

Nos anos de 1950, destaca-se a criação, formal e sistemática, dos primeiros órgãos de fomento à pesquisa e à Pós-Graduação no país: A CAPES, inicialmente chamada de Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e posteriormente sendo chamada de Coordenação, e o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A primeira tinha por objetivo a formação de pessoal de alto nível em todas as áreas de conhecimento para atender às necessidades dos empreendimentos públicos privados que visavam o desenvolvimento econômico e social do país, através da distribuição de bolsas de estudo no Brasil e no exterior. E o segundo foi





direcionado para capacitação e formação de recursos humanos nas áreas científicas fundamentais e mais especificamente, segundo Cordova et al (1986), desenvolver e controlar todas as atividades relacionadas a energia atômica no Brasil.

Ainda nos anos de 1950, o modelo de universidade destacado por Mendonça (2003) entrou em crise, devido à forte influência da política desenvolvimentista que era exercida no País e face à industrialização e à ascensão social que ocorreram diante tal influencia. Isso fez com que a reforma da Universidade se tornasse questão importante para discussão. No entanto, até 1960 nenhuma mudança foi apresentada ou aprovada, apesar de que, segundo Mendonça (2003), a comunidade científica do Brasil se desenvolveu e se articulou na luta para ampliar as condições de trabalho e promover avanços científicos.

A necessidade de mudança do modelo de Universidade era tão clara que mesmo com o impacto do golpe militar, em 1964, era impossível evitar o seu processo de transformação. Para Santos (2003) foi na década de 1960 que houve grande impulso na pós-graduação brasileira, mais precisamente no ano de 1965 momento em que o Governo Federal utilizou-se do modelo norte-americano, através de um convenio firmado com a Fundação Ford e formalizou a Pós-Graduação como um novo nível de educação (MORAIS, 2002).

Com isso, segundo Cordova et al (1986), destaca-se a Universidade de Viçosa – MG, que em 1961 deu início a pós-graduação em sua Escola de Agronomia, a implantação de mestrado e doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, do doutorado no Instituto de Matemática Pura e Aplicada, cursos de pós-graduação no ITA, bem como a Universidade de Brasília- UNB que implantou um programa de pós-graduação próprio.

Nesse sentido, Darcy Ribeiro (1978) acreditava no amadurecimento das universidades brasileiras, destacando a importância da referida institucionalização.

Ainda em 1965, o parecer 977, mais conhecido como Parecer Sucupira, foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, tendo por objetivo a implantação formal dos cursos de Pós-Graduação no Brasil traçando o formato institucional básico da pós-graduação brasileira, diferenciando seus dois níveis de formação: o mestrado e o doutorado. Além de incluir o mestrado profissional no mesmo patamar que os mestrados acadêmicos. Nesse sentido, a Universidade passou a ter uma estrutura hierárquica dividida em dois planos: a graduação e a pós-graduação.



O Professor Newton Sucupira ressalta que este seria o modelo mais adequado à nova concepção de Universidade adotado pelo Brasil, deixando de ser uma Instituição “ensinante” e formadora de profissionais para se dedicar as atividades de pesquisa científica e tecnológica. (MEC/CFE, PARECER N° 977/65).

Vale ressaltar que o Brasil sofria, nessa época, a opressão de um regime militar, no entanto, foi neste período que políticas voltadas para o segmento de Ciência e Tecnologia surgiram de maneira efetiva. Isso, por que o regime militar possuía um traço nacionalista e ambicionava o desenvolvimento de projetos tecnológicos de grande porte. Kuenzer e Moraes (2002) afirmam que a carência de recursos humanos para alcançar tais objetivos foi fator determinante para a criação e desenvolvimento da Pós-Graduação brasileira pelo governo militar.

Nesse sentido em 1968 com o advento da Lei de Reforma Universitária, de n.º 5.540, a Pós-Graduação brasileira foi devidamente regulamentada. O governo militar, pressionado por movimentos sociais e estudantis, impôs uma profunda reforma no ensino superior. Passou a incorporar ideias e experiências da Universidade de Brasília, criada em 1961, que tinha por princípio fundamental, segundo Barros (1998), a convivência entre os institutos e as escolas sob a estrutura de departamentos, unindo ensino e pesquisa.

Deve-se destacar a influência americana no processo de consolidação da Pós-Graduação e da Reforma da Educação Superior do Brasil, através de recomendações de uma comissão mista formada pela Agência Norte-Americana de Desenvolvimento – USAID e o Ministério de Educação do Brasil e, também, pela adoção de mudanças organizacionais baseadas no modelo das Universidades americanas.

Dessa forma, destaca-se que os principais pontos da reforma universitária foram a substituição do modelo de cátedras pela organização departamental, instituição da contratação de professores em tempo integral, substituição do sistema tradicional de cursos sequenciais pelo sistema de créditos, a criação das licenciaturas, consagração da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e, por fim, a institucionalização da pós-graduação.

Com a Reforma Universitária a Pós-Graduação foi incumbida da qualificação dos professores para o ensino superior, do estímulo de produção científica aliada ao desenvolvimento do país e da capacitação de pessoal para atuar nos setores público e privado.

Cunha afirma que com a Reforma Universitária de 1968





# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

a produção de ciência, de tecnologia e de cultura pela atividade genericamente chamada de pesquisa, nos programas de Pós-Graduação, sobrepôs-se ao ensino profissional a nível de graduação, que tradicionalmente definia o *para que* da universidade (CUNHA 1999, p. 138).

Durante o processo de reforma, a CAPES iniciou seu sistema de acompanhamento, avaliação e financiamento da Pós-Graduação brasileira, passando a avaliar os cursos *stricto sensu*. Os anos de 1970 foram uma época de grande expansão econômica para o Brasil, que chegou a crescer a taxas de 7% a 13% ao ano, o que impulsionou os investimentos na Pós-Graduação pelas agências de fomento. (BALBACHEVSKY, 2005)

Visando aprimorar o sistema, regulamentar e direcionar os investimentos, foram elaborados Planos Nacionais de Pós-Graduação. O primeiro, elaborado em 1973, vigorou de 1975 a 1979 e teve como principal meta a formação de pesquisadores, docentes e profissionais para atender as demandas do ensino superior, propondo programas de concessões de bolsas, aumentando a titulação e vagas nos cursos de mestrado e doutorado, incentivando a distribuição regional e setorial de novos cursos e a admissão de docentes para atuar na Pós-Graduação nas Universidades.

A respeito do I PNPG, Balbachevsky (2005) afirma que esse incentivo na formação de mestres e doutores representou também, além de um processo de forte crescimento, “uma alternativa doméstica barata para a qualificação dos professores da rede federal de universidades”, isso por que os doutores eram formados no exterior.

O II PNPG vigorou entre os anos de 1982 e 1985 e apesar de manter os mesmos objetivos do PNPG anterior teve como alvo principal a qualidade do ensino superior, tanto em nível de graduação como o de pós-graduação. Tratou da institucionalização e o aperfeiçoamento da avaliação, incentivando a participação da comunidade científica nas decisões e processos de avaliação, utilizando a sistemática de avaliação por meio de comissões de consultores, a avaliação por pares, que foi consolidada e aperfeiçoada nesse período. (MORAES, 2002).

Outro importante objetivo do II PNPG foi a vinculação do ensino e pesquisa com a tecnologia e o setor produtivo, visando a adequação dos programas às necessidades do país, atendendo, também, às especificidades de cada região do Brasil

O III PNPG (1986 – 1989) foi o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação da era da Nova República e estava vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – PND, o que demonstra a importância dada a Pós-Graduação na época, pois se pretendia, através da



formação de cientistas, atingir plena capacitação científica e tecnológica e dessa forma alcançar a meta de autonomia nacional e independência econômica que o PND determinava.

Nesse sentido, o III PNPG teve por objetivo principal a priorização da pesquisa nas Universidades, enfatizando seu papel no desenvolvimento nacional, e a integração da pós-graduação ao sistema de ciência e tecnologia (V PNPG 2005-2010, p. 14). Para tanto, qualificou-se como indissociável a institucionalização da pesquisa e a pós-graduação, visando uma melhora no desempenho dos cursos de pós-graduação nas Universidades.

No período de 1990 a 2004 não houve qualquer planejamento nacional oficial que tratasse do desenvolvimento da Pós-Graduação no Brasil, o que não significa dizer que não houvesse problemas diagnosticados ou mudanças a serem realizadas. Nesse sentido, o que há sobre o IV PNPG é um conjunto de regras, diretrizes, objetivos, metas e finalidades ao qual a comunidade acadêmica se refere como Memória do PNPG (CAPES, 2004).

Destacam-se os principais projetos constantes no 4º Plano, aquele que não foi promulgado, mas cujas diretrizes foram adotadas pela CAPES: ênfases na expansão do sistema, na diversificação do modelo de pós-graduação, na introdução de mudanças no processo de avaliação, uma vez que se tornou claro o esgotamento dos paradigmas utilizados na avaliação dos cursos de pós-graduação, já que os critérios dos anos de 1970 ainda eram aplicados (FÁVERO, 1999) e na inserção internacional do SNPG.

Assim, 14 anos depois da ausência de um Plano Nacional oficial, a CAPES, em 2004, instituiu uma Comissão responsável pela elaboração do V Plano Nacional de Pós-Graduação, com vigência de 2005 a 2010. Destaca-se a preocupação deste Plano com a flexibilização de modelos visando o equilíbrio no desenvolvimento e qualidade dos programas em todas as regiões do Brasil, bem como a preocupação com a vinculação de diretrizes estratégicas com as demandas mercantis tendo por objetivo a formação de uma mão de obra mais qualificada, uma vez que prevê a capacitação e qualificação dos professores da educação básica, a especialização de profissionais para o mercado de trabalho público e privado, a formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas por meio do mestrado profissional.

### **Considerações Finais**

Dessa forma, analisando o caminho percorrido pela Pós-Graduação brasileira até o PNPG 2011 - 2020, refletindo sobre as políticas e planos desencadeados, observa-se que, inicialmente, os





seus objetivos eram o de capacitar docentes para atuar nas Universidades, desenvolver a atividade científica e sua importância estratégica no ensino superior e da Ciência e Tecnologia no Brasil. Nesse sentido, a comunidade científica brasileira se expandiu mesmo estando sob repressão e controle militar.

Com sua consolidação, a partir dos anos 1980 e com a retomada da democracia pós-ditadura a ênfase recai sobre a avaliação do sistema que acabou induzir redirecionamentos na organização da Pós-Graduação, como também no processo de produção e divulgação do conhecimento no Brasil.

Por fim, desenvolve-se a pesquisa na universidade e o estreitamento das relações entre ciência, tecnologia e setor produtivo tendo por base uma Sociedade da Informação, em que o conhecimento se torna em um bem de importação e exportação necessário para se submeter as exigências da competição, produtividade e internacionalização como forma ativa de responder à globalização do conhecimento. (HOSTINS, 2006).

## REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, E. **A pós-graduação no Brasil**: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CORDOVA, R. de A. et al. **A Pós-graduação na América Latina**: o caso brasileiro. Brasília: UNESCO/CRESALC/MEC/SESu/CAPES, agosto/1986.

CUNHA, L. A. **Reforma Universitária em crise**. In: \_\_\_\_\_. TRINDADE, H. (org.). Universidade em Ruínas na República dos Professores. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FÁVERO, O. **Reavaliando as avaliações da CAPES**. In: A avaliação da pós-graduação em debate. São Paulo: ANPEd, 1999. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/482>>. Acesso em: 10 maio 2016.

GUTERRES, C. R. J.; RAYS, O. A. **A Faculdade Interamericana de Educação na expansão da pós-graduação no Brasil**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 30, p. 82-94, Dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000300007>.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

HOSTINS, R. C. L. **Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira.** Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan. 2006. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>>. Acesso em: 21 nov. 2015. Doi:<http://dx.doi.org/10.5007/10315>.

MENDONCA, A. W. P. C. **A pós-graduação como estratégia de reconstrução da universidade brasileira.** Educar em Revista. Curitiba, PR, Editora UFPR, n. 21, 2003.

MESCOUTO, J. V. da S. **Política de pós-graduação e formação de jovens pesquisadores no contexto institucional do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará.** 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3304>> Acesso em: 04 abr. 2016

MORAIS, M. C. M. - **Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos: anos vinte e trinta.** Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000. 308 f. (Teses NUP; 5). ISBN 8587103059. Disponível em: <<http://nup.ced.ufsc.br/teses-nup/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

RIBEIRO, D. **Os cursos de pós-graduação.** Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ROMEÔ, J., ROMEÔ, C., JORGE, V. **Estudos de pós-graduação no Brasil.** Rio de Janeiro: UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139901por.pdf>>. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Acesso em: 21 nov. 2011.

SANTOS, C. M. dos. **Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil.** Educ. Soc., Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, Ago. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302003000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000200016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302003000200016>.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. Disponível em: < <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>>. Acesso em: 15 out. 2015